**LEI Nº 831, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.**

*“Modifica a Lei Municipal nº 616 de 28 de dezembro de 2009 que versa sobre a contribuição para custeio da iluminação pública prevista no artigo 149-A da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e dá outras providências.”*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE OLHO D’ÁGUA DAS FLORES, ESTADO DE ALAGOAS**, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a Seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Fica modificada no Município de Olho d’Água das Flores a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – (CIP), prevista no artigo 149-A da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei Municipal nº 616 de 28 de dezembro de 2009.

**CAPÍTULO II**

**DA INCIDÊNCIA**

**Art. 2º -** A Contribuição incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados no território do Município de Olho d’Água das Flores.

**Parágrafo único** - O serviço previsto no *caput* deste artigo compreende a iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos de uso comum, além da instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública municipal, a eficiência energética, bem como a consultoria, auditoria e a gestão dos serviços de Iluminação pública.

**Art. 3º** - Consideram-se beneficiados por iluminação pública para efeito de incidência desta Contribuição, os imóveis edificados, bem como os imóveis não edificados, localizados em todo território do município de Olho d’Água das Flores, independentemente de ser atendido diretamente pelo serviço.

**CAPÍTULO III**

**DOS SUJEITOS PASSIVOS**

**Art. 4º** - Sujeito passivo da Contribuição é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados no território do Município de Olho d’Água das Flores.

**§** **1°.** São sujeitos passivos solidários da CIP, o locatário, o comodatário ou possuidor indireto, a qualquer título, de imóvel edificado ou não situados no território do Município e que possua ou não ligação privada, regular ou provisória de energia elétrica.

**§ 2°.** O lançamento da contribuição poderá ser feito indicando como obrigado qualquer dos sujeitos solidários.

**CAPÍTULO IV**

**DAS ISENÇÕES DA CONTRIBUIÇÃO**

Art. 5° - Estão isentos da contribuição, os consumidores da classe: **PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DEMAIS ATIVIDADES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL**.

**CAPÍTULO V**

**DA BASE DE CALCULO DA CONTRIBUIÇÃO**

**Art. 6°** - O valorda CIP será fixo, em moeda corrente, sendo lançado anualmente pelo Município para os imóveis não edificados e ativos em seu cadastro imobiliário.

**Parágrafo Único:** A contribuição será variável para os imóveis edificados e com ligação regular, provisória ou precária, e será tributado de acordo com a quantidade de consumo de energia elétrica e classe de consumo (consumo próprio, residencial, comercial, industrial, poder público Estadual e Federal, rural e serviço público), no caso de contribuintes proprietários, titulares do domínio útil, ou possuidores, a título precário ou não, de imóveis edificados e com ligação regular ou provisória de energia elétrica.

**Art. 7°** - Ficam estabelecidos os seguintes valores e alíquotas da CIP:

**I** – **CONTRIBUINTES PROPRIETÁRIOS**, **TITULARES DO DOMÍNIO** **ÚTIL OU POSSUIDORES DE IMÓVEIS NÃO EDIFICADOS LOCALIZADOS NA ZONA URBANA, PARA O EXERCÍCIO DE 2018:**

1. Área até 50 m2: R$ (24,00) por ano;
2. Área de 50,1 m2: até 120 m2: R$ (36,00) por ano;
3. Área de 120,1 m2: até 250 m2: R$ (56,00) por ano;
4. Área de 250,1 m2: até 500 m2: R$ (96,00) por ano;
5. Área de 500,1 m2: até 1.000 m2: R$ (156,00) por ano;
6. Área superior a 1.000 m2: (248,00) por ano.

**II – CONTRIBUINTES PROPRIETÁRIOS, TITULARES DO DOMÍNIO ÚTIL, POSSUIDORES, A TÍTULO PRECÁRIO OU NÃO, DE IMÓVEIS EDIFICADOS E QUE TENHAM LIGAÇÃO REGULAR OU PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE OLHO D’ÁGUA DAS FLORES:**

**§ 1°.** Os valores da CIP devidos pelos consumidores serão obtidos através da multiplicação das **ALÍQUOTAS**, constantes no **ANEXO ÚNICO** dessa lei pela **TARIFA** **final da** **iluminação pública com todos os impostos.**

**§ 2°.** A determinação da classe/categoria de consumidor e a fixação das tarifas observarão as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la.

**§ 3°.** O valor da CIP, definido no art. 7° I e II, e anexo único, para os exercícios subsequentes a 2018 será determinado mediante aplicação, sobre os valores definidos deste artigo, da variação da inflação anual (entre 1º de janeiro e 31 de dezembro) medida pela variação do IGP-M, ou outro índice de preços que vier a ser aplicado para correção dos débitos tributários municipais.

**§ 4º.** Caso seja, por norma Nacional, admitida a correção monetária de débitos fiscais por período inferior a um ano civil, o valor da CIP devida mensalmente passará a ser atualizada em periodicidade mensal, a partir do mês subsequente ao da previsão normativa.

**CAPÍTULO VI**

**DA ARRECADAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO**

**Art. 8º** - O lançamento da CIP definida no Art. 7º, I. Será realizada diretamente pelo Município, anualmente, juntamente com o IPTU ou não, relativamente à contribuição devida pelos proprietários, titulares do domínio útil e possuidores de imóveis não edificados localizados na zona urbana, na forma disposta em regulamento, o qual deverá estabelecer, inclusive, o prazo de pagamento da contribuição.

**Art. 9º** - A CIP devida pelos proprietários, titulares do domínio útil, possuidores, a título precário ou não, e que tenham ligação regular ou provisória e privada de energia elétrica, definida no Art. 7º, II e no anexo único. Será lançada mensalmente nas faturas de energia elétrica e o seu pagamento juntamente com o seu consumo em código de barra único, conforme art. 149-A Parágrafo único da CRFB de 1988, PORTARIA da ANEEL Nº 969 de 01 de julho de 2008 que aprova a SÚMULA Nº 007, e na forma de convênio ou contrato a ser firmado entre o Município e a empresa concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão para distribuição de energia elétrica no território do Município de Olho d’Água das Flores.

**§ 1º.** O convênio/contrato a que se refere este artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse do valor arrecadado pela concessionária ao Município até o dia 26 (vinte e seis) do mês subsequente da arrecadação.

**§ 2º.** O montante devido e não pago da CIP a que se refere o “*caput”* deste artigo, será inscrito em dívida ativa, por parte da autoridade competente no ano seguinte à verificação da inadimplência, servindo como título hábil para a inscrição, a comunicação de inadimplência efetuada pela Concessionária/Distribuidora acompanhada de duplicata da fatura de energia elétrica não paga ou de outro documento que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

**§ 3º.** A Distribuidora de energia elétrica fica obrigada a prestar contas mensalmente da arrecadação da CIP, informando todos os elementos de lançamento e arrecadação, tais como: Nome do contribuinte com o respectivo RG e CPF, código do contribuinte, valor do kWh faturado, classe de consumo, valor arrecadado, mês de competência da fatura, contribuintes inadimplentes acompanhados das faturas de energia elétrica e outros elementos que possibilite o município fazer auditoria do referido tributo.

**CAPÍTULO VII**

**DO FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

**Art. 10** - Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública – FUMIP, de natureza contábil e administrado pela Secretaria Municipal de Finanças, para o qual deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP e que deverá custear os serviços de iluminação pública previstos no parágrafo único do art. 2º.

**CAPÍTULO VIII**

**DA PREVISÃO DA RECEITA E DAS DESPESAS**

**Art.** **11** – O Poder Executivo deverá regulamentar a aplicação desta lei, inclusive firmar o convênio ou contrato no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação a ser firmado entre o município de Olho d’Água das Flores e a Concessionária/Distribuidora de energia elétrica do Estado de Alagoas, a permissionária ou a empresa autorizada a explorar os serviços públicos de energia elétrica na área do município, bem como fazendo a inserção da previsão desta receita na lei por meios vigentes e subsequentes.

**Art**. **12** – As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento vigente, à conta de dotação especifica, ficando o Chefe do poder Executivo obrigado alocar recursos em seus orçamentos futuros para cobertura das despesas previstas nesta lei.

**CAPÍTULO IX**

**DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 13 -** Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá todos os seus efeitos legais 90 (noventa) dias após sua publicação obedecendo o art. 150 inciso III e alínea a, c, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

**Art. 14 -** Fica Revogada a Lei Municipal nº 616 de 28 de dezembro de 2009, 90 (noventa) dias após a publicação desta lei.

**CARLOS ANDRÉ PAES BARRETO DOS ANJOS**

Prefeito

Esta Lei foi publicada no quadro de avisos desta Prefeitura Municipal e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento no dia 28 de dezembro de 2017.

**GUSTAVO QUINTELA WANDERLEY**

Secretário Mun. Administração

**Anexo único da Lei nº 831, de 28 de Dezembro de 2017.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CLASSE** | **INTERVALO DE CONSUMO kWh/m** | **ALÍQUOTA** |
| Consumo Próprio | 0 A 30 | 24,485 |
| Consumo Próprio | 31 A 50 | 39,485 |
| Consumo Próprio | 51 A 100 | 68,453 |
| Consumo Próprio | 101 A 150 | 99,985 |
| Consumo Próprio | 151 A 200 | 136,745 |
| Consumo Próprio | 201 A 250 | 155,599 |
| Consumo Próprio | 251 A 300 | 188,499 |
| Consumo Próprio | 301 A 350 | 255,999 |
| Consumo Próprio | 351 A 400 | 294,499 |
| Consumo Próprio | 401 A 450 | 362,999 |
| Consumo Próprio | 451 A 500 | 392,089 |
| Consumo Próprio | 501 A 600 | 469,199 |
| Consumo Próprio | 601 A 700 | 499,549 |
| Consumo Próprio | 701 A 800 | 555,899 |
| Consumo Próprio | 801 A 900 | 655,999 |
| Consumo Próprio | 901 A 1000 | 785,859 |
| Consumo Próprio | 1001 A 1500 | 875,699 |
| Consumo Próprio | 1501 A 2000 | 995,099 |
| Consumo Próprio | 2001 A 5000 | 1.440,010 |
| Consumo Próprio | 5001 A 10.000 | 2.540,010 |
| Consumo Próprio | 10.001 A 20.000 | 3.540,900 |
| Consumo Próprio | ACIMA DE 20.000 | 5.640,010 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CLASSE** | **INTERVALO DE CONSUMO kWh/m** | **ALÍQUOTA** |
| Residencial | 0 A 30 | 19,887 |
| Residencial | 31 A 50 | 20,271 |
| Residencial | 51 A 100 | 58,453 |
| Residencial | 101 A 150 | 68,985 |
| Residencial | 151 A 200 | 86,745 |
| Residencial | 201 A 250 | 107,599 |
| Residencial | 251 A 300 | 127,499 |
| Residencial | 301 A 350 | 155,999 |
| Residencial | 351 A 400 | 194,499 |
| Residencial | 401 A 450 | 242,999 |
| Residencial | 451 A 500 | 272,089 |
| Residencial | 501 A 600 | 339,199 |
| Residencial | 601 A 700 | 459,549 |
| Residencial | 701 A 800 | 535,899 |
| Residencial | 801 A 900 | 645,999 |
| Residencial | 901 A 1000 | 775,859 |
| Residencial | 1001 A 1500 | 865,699 |
| Residencial | 1501 A 2000 | 975,099 |
| Residencial | 2001 A 5000 | 1.105,019 |
| Residencial | 5001 A 10.000 | 1.215,019 |
| Residencial | 10.001 A 20.000 | 1.500,089 |
| Residencial | ACIMA DE 20.000 | 1.800,099 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CLASSE** | **INTERVALO DE CONSUMO kWh/m** | **ALÍQUOTA** |
| Comercial | 0 A 30 | 24,485 |
| Comercial | 31 A 50 | 39,485 |
| Comercial | 51 A 100 | 68,453 |
| Comercial | 101 A 150 | 99,985 |
| Comercial | 151 A 200 | 136,745 |
| Comercial | 201 A 250 | 155,599 |
| Comercial | 251 A 300 | 188,499 |
| Comercial | 301 A 350 | 255,999 |
| Comercial | 351 A 400 | 294,499 |
| Comercial | 401 A 450 | 362,999 |
| Comercial | 451 A 500 | 392,089 |
| Comercial | 501 A 600 | 469,199 |
| Comercial | 601 A 700 | 499,549 |
| Comercial | 701 A 800 | 555,899 |
| Comercial | 801 A 900 | 655,999 |
| Comercial | 901 A 1000 | 785,859 |
| Comercial | 1001 A 1500 | 875,699 |
| Comercial | 1501 A 2000 | 995,099 |
| Comercial | 2001 A 5000 | 1.205,019 |
| Comercial | 5001 A 10.000 | 1.315,010 |
| Comercial | 10.001 A 20.000 | 1.909,900 |
| Comercial | ACIMA DE 20.000 | 3.940,010 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CLASSE** | **INTERVALO DE CONSUMO kWh/m** | **ALÍQUOTA** |
| Industrial | 0 A 30 | 24,485 |
| Industrial | 31 A 50 | 39,485 |
| Industrial | 51 A 100 | 68,453 |
| Industrial | 101 A 150 | 99,985 |
| Industrial | 151 A 200 | 136,745 |
| Industrial | 201 A 250 | 155,599 |
| Industrial | 251 A 300 | 188,499 |
| Industrial | 301 A 350 | 255,999 |
| Industrial | 351 A 400 | 294,499 |
| Industrial | 401 A 450 | 362,999 |
| Industrial | 451 A 500 | 392,089 |
| Industrial | 501 A 600 | 469,199 |
| Industrial | 601 A 700 | 499,549 |
| Industrial | 701 A 800 | 555,899 |
| Industrial | 801 A 900 | 655,999 |
| Industrial | 901 A 1000 | 785,859 |
| Industrial | 1001 A 1500 | 875,699 |
| Industrial | 1501 A 2000 | 995,099 |
| Industrial | 2001 A 5000 | 1.205,019 |
| Industrial | 5001 A 10.000 | 1.315,010 |
| Industrial | 10.001 A 20.000 | 1.909,900 |
| Industrial | ACIMA DE 20.000 | 3.940,010 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CLASSE** | **INTERVALO DE CONSUMO kWh/m** | **ALÍQUOTA** |
| Poder Público Estadual | 0 A 30 | 24,485 |
| Poder Público Estadual | 31 A 50 | 39,485 |
| Poder Público Estadual | 51 A 100 | 68,453 |
| Poder Público Estadual | 101 A 150 | 99,985 |
| Poder Público Estadual | 151 A 200 | 136,745 |
| Poder Público Estadual | 201 A 250 | 155,599 |
| Poder Público Estadual | 251 A 300 | 188,499 |
| Poder Público Estadual | 301 A 350 | 255,999 |
| Poder Público Estadual | 351 A 400 | 294,499 |
| Poder Público Estadual | 401 A 450 | 362,999 |
| Poder Público Estadual | 451 A 500 | 392,089 |
| Poder Público Estadual | 501 A 600 | 469,199 |
| Poder Público Estadual | 601 A 700 | 499,549 |
| Poder Público Estadual | 701 A 800 | 555,899 |
| Poder Público Estadual | 801 A 900 | 655,999 |
| Poder Público Estadual | 901 A 1000 | 785,859 |
| Poder Público Estadual | 1001 A 1500 | 875,699 |
| Poder Público Estadual | 1501 A 2000 | 995,099 |
| Poder Público Estadual | 2001 A 5000 | 1.205,019 |
| Poder Público Estadual | 5001 A 10.000 | 1.315,010 |
| Poder Público Estadual | 10.001 A 20.000 | 1.909,900 |
| Poder Público Estadual | ACIMA DE 20.000 | 3.940,010 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CLASSE** | **INTERVALO DE CONSUMO kWh/m** | **ALÍQUOTA** |
| Poder Público Federal | 0 A 30 | 24,485 |
| Poder Público Federal | 31 A 50 | 39,485 |
| Poder Público Federal | 51 A 100 | 68,453 |
| Poder Público Federal | 101 A 150 | 99,985 |
| Poder Público Federal | 151 A 200 | 136,745 |
| Poder Público Federal | 201 A 250 | 155,599 |
| Poder Público Federal | 251 A 300 | 188,499 |
| Poder Público Federal | 301 A 350 | 255,999 |
| Poder Público Federal | 351 A 400 | 294,499 |
| Poder Público Federal | 401 A 450 | 362,999 |
| Poder Público Federal | 451 A 500 | 392,089 |
| Poder Público Federal | 501 A 600 | 469,199 |
| Poder Público Federal | 601 A 700 | 499,549 |
| Poder Público Federal | 701 A 800 | 555,899 |
| Poder Público Federal | 801 A 900 | 655,999 |
| Poder Público Federal | 901 A 1000 | 785,859 |
| Poder Público Federal | 1001 A 1500 | 875,699 |
| Poder Público Federal | 1501 A 2000 | 995,099 |
| Poder Público Federal | 2001 A 5000 | 1.205,019 |
| Poder Público Federal | 5001 A 10.000 | 1.315,010 |
| Poder Público Federal | 10.001 A 20.000 | 1.909,900 |
| Poder Público Federal | ACIMA DE 20.000 | 3.940,010 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CLASSE** | **INTERVALO DE CONSUMO kWh/m** | **ALÍQUOTA** |
| Serviço Público | 0 A 30 | 24,485 |
| Serviço Público | 31 A 50 | 39,485 |
| Serviço Público | 51 A 100 | 68,453 |
| Serviço Público | 101 A 150 | 99,985 |
| Serviço Público | 151 A 200 | 136,745 |
| Serviço Público | 201 A 250 | 155,599 |
| Serviço Público | 251 A 300 | 188,499 |
| Serviço Público | 301 A 350 | 255,999 |
| Serviço Público | 351 A 400 | 294,499 |
| Serviço Público | 401 A 450 | 362,999 |
| Serviço Público | 451 A 500 | 392,089 |
| Serviço Público | 501 A 600 | 469,199 |
| Serviço Público | 601 A 700 | 499,549 |
| Serviço Público | 701 A 800 | 555,899 |
| Serviço Público | 801 A 900 | 655,999 |
| Serviço Público | 901 A 1000 | 785,859 |
| Serviço Público | 1001 A 1500 | 875,699 |
| Serviço Público | 1501 A 2000 | 995,099 |
| Serviço Público | 2001 A 5000 | 1.205,019 |
| Serviço Público | 5001 A 10.000 | 1.315,010 |
| Serviço Público | 10.001 A 20.000 | 1.909,900 |
| Serviço Público | ACIMA DE 20.000 | 3.940,010 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CLASSE** | **INTERVALO DE CONSUMO kWh/m** | **ALÍQUOTA** |
| Rural | 0 A 30 | 12,887 |
| Rural | 31 A 50 | 24,485 |
| Rural | 51 A 100 | 31,053 |
| Rural | 101 A 150 | 43,141 |
| Rural | 151 A 200 | 50,093 |
| Rural | 201 A 250 | 60,958 |
| Rural | 251 A 300 | 65,985 |
| Rural | 301 A 350 | 70,985 |
| Rural | 351 A 400 | 75,958 |
| Rural | 401 A 450 | 81,186 |
| Rural | 451 A 500 | 88,555 |
| Rural | 501 A 600 | 90,555 |
| Rural | 601 A 700 | 110,456 |
| Rural | 701 A 800 | 117,410 |
| Rural | 801 A 900 | 123,203 |
| Rural | 901 A 1000 | 137,620 |
| Rural | 1001 A 1500 | 152,709 |
| Rural | 1501 A 2000 | 162,526 |
| Rural | 2001 A 5000 | 281,152 |
| Rural | 5001 A 10.000 | 301,136 |
| Rural | 10.001 A 20.000 | 504,560 |
| Rural | ACIMA DE 20.000 | 1.640,010 |

Olho d’Água das Flores, 28 de Dezembro de 2017.

**CARLOS ANDRÉ PAES BARRETO DOS ANJOS**

Prefeito